

51ª REUNIÃO FÓRUM FLORESTAL BAHIA

Memória de Reunião

25 e 26 de novembro, Porto Seguro, Hotel Sarana

Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigo Borges	2- Instituto BioAtlântica - Ibio
4- Sérgio Andrade	3- Natureza Bela
5- Gleyson Araújo	4- Associação Produtores Florestais do Extremo Sul - ASPEX
6- João Carlos Rodrigues	
7- Edinho Pedro Schaffer	5- Ass. Preservação da Vida e do Meio Ambiente - APREMAVI
8- Almir Requião	6- Manguezal Meu Quintal
9- Elienai Lima de Jesus	
10- M ^a Graças R. Depolo Barcelos	7- Associação dos Moradores de Costa Dourada
11- Célio Roberto C. Costa	
12- Sueli Abad	8- Associação Cultural Arte e Ecologia - ASCAE
13- Ricardo Montagna	
14- Juliano Dias	9- Fibria
15- Vitor Trigueirinho	
16- Marcelino Mai	
17- Waldir Paixão Graciano	10- Assoc. Moradores Comunidade Oliveira Costa
18- Anilson da Silva Dias	11- Associação Comun. Beneficente Nova Caraíva - ASCBENC
19- Eliel A. Soares	12- Coop. Reflor. Mata Atlântica Ext. Sul Bahia - Coopplantar
20- Francine S. Poletti	13- Fórum Desenvolvimento Sustentável de Conceição da Barra- ES
21- Luís Cláudio Senna	
22- Victoria Rizo	14- 2Tree Consultoria
23- Beline Passos	15- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
24- Luiz Henrique O. Costa	14- Sindicato Rural de Belmonte
25- José Roberto de Jesus	16- Cooperativa de Artesanato Pataxó da Coroa Vermelha
26- Renato Carneiro	17- Veracel
27- Humberto Amoedo	
28- Thiago S. Rizzo	18- Suzano



Dia 25 de novembro

Após a apresentação dos presentes, o secretário executivo fez uma rápida explanação sobre os assuntos da pauta, tendo esta sido aprovada pela plenária sem alterações.

Em seguida mostrou um pequeno emissor de rádio, sistema este desenvolvido em Conceição da Barra com intuito de servir em programas de comunicação rural ou outras áreas com carência de meios de comunicação. O alcance do aparelho é de aproximadamente 200 metros e tem potencial para auxiliar em programas de comunicação de organizações Não governamentais ou associações de moradores.

O modelo, bastante simples, pode ser copiado por quem quiser, até mesmo em tamanho maior, ressaltando que existem aspectos legais a serem considerados, pois invade frequências das rádios comerciais. O modelo ficará no escritório do Fórum Florestal Bahia à disposição dos interessados.

1-Status atual do processo de contratação do monitoramento independente da cobertura vegetal da área de influência da Fibria e Suzano

Indagado sobre o assunto, o representante da Fibria confirmou que a contratação já foi efetuada com os trabalhos começando em dezembro, e que será enviado o cronograma para o grupo de mensagens do FF. Considerou oportuno trazer representantes da Geopixel, empresa vencedora do edital, na primeira reunião de 2015 para apresentar o escopo e os resultados esperados, além do quanto é inovador o trabalho, que terá duração de 18 meses, com término em maio de 2016. Destacou que para o trabalho ser assertivo receberá contribuições nos 4 primeiros meses e que espera que as organizações do FF participem desde o início - não só com contribuições - mas também para entender a relevância do estudo. Falou do ineditismo do estudo, que vai possibilitar um Raio X atualizado do território e também da evolução da cobertura vegetal num território imenso, do rio Mucuri até o Jequitinhonha, cobrindo 3.500.000 ha, em 5 momentos diferentes. O secretário executivo afirmou ser importante também uma primeira reunião da Geopixel com a comissão de acompanhamento. O representante da Suzano informou que o cronograma de trabalho é o mesmo da Fibria, com início em dezembro. Por sua vez, o representante da Veracel argumentou que o FF precisa ter em mente a importância e relevância deste estudo e saber valorizar o que já se conquistou, que é de altíssima importância, pois serve de planificação para o estado, para instituições que trabalham com restauração e para empresas tomarem decisões assertivas sobre onde colocar recursos. Frisou a importância do FF para o território, onde os conselhos de bacia não funcionam adequadamente, assim como outras instituições e outros colegiados não estão operando como deveriam. E que há 10 anos o FF Bahia tem pauta, funciona regularmente e tem proposições. A representante da Aspex concordou com a opinião do representante da

Veracel, acrescentando que os acordos firmados no FF Bahia servem de espelho para pessoas que estão na atividade da silvicultura há mais tempo e que presenciou isso numa reunião do FF do Paraná e Santa Catarina. O representante do Manguezal Meu Quintal observou que quando se fala de cobertura vegetal não se insere o mangue. O secretário executivo questionou como os resultados dessa 2ª etapa do monitoramento da cobertura vegetal, com principais informações e imagens, podem ser acessados de forma rápida e compreensível pelo público em geral e não apenas para os técnicos da área de georreferenciamento. E observou que este foi um dos gargalos da primeira parte do trabalho realizado na área da Veracel. O representante da Fibria sugeriu a criação de um portal dentro do site do Diálogo Florestal, onde um técnico possa utilizar a ferramenta para as mais diferentes missões e disse que não faz sentido ter um baita trabalho e não ser utilizado.

O representante do Natureza Bela citou o Google Earth Pro como uma das possibilidades para promover o maior acesso dos resultados do monitoramento. Representante da Veracel mencionou que uma opção é colocar no escopo do trabalho que empresa que fizer o estudo tem que criar o portal.

Encaminhamento - Criação de um grupo (que não é a comissão de acompanhamento) para se debruçar sobre a questão e pensar como tornar os resultados públicos e de fácil acesso. O grupo, formado por Sérgio, Rodrigo, Humberto, Beline e um técnico da Geopixel, tem até março 2015 para encaminhar soluções.

2- Andamento do Plano Participativo de uso e ocupação do solo da área do recuo do litoral no município de Mucuri

O secretário executivo relatou que aconteceram 3 reuniões entre comunidades envolvidas, FF e as empresas Fibria e Suzano, para debater os diversos aspectos envolvidos na questão da elaboração do Plano participativo. Resaltou que ao longo dos debates dois aspectos foram elencados como estratégicos para o sucesso da iniciativa. De um lado como envolver o poder político, pois tem APA que precisa ser implantada, e de outro o conhecimento da região (quantas pessoas, morador antigo ou novo, documento ou não?).

Comentou que o GT que está debatendo o recuo do litoral está encaminhando para a plenária decidir sobre a conveniência ou não de promover um Diagnóstico socioeconômico e ambiental da área que envolve o recuo dos 300m, através do lançamento de um edital, com intuito de recolher informações atualizadas que auxiliem a elaboração do Plano participativo. Mencionou que o grupo está com termo de referência bastante adiantado e que este, se for aprovado pela plenária este edital pode ser lançado ainda no mês de dezembro.

O representante da Fibria salientou que o trabalho não pode parar no meio e que além das informações físicas, culturais, econômicas tem que propor algo. Lembrou que o valor estimado não é nada exorbitante, mas quando se trata de edital o rotineiro é especificar o que tem que ser feito e esperar as propostas, sendo comum na realidade das empresas se trabalhar com no mínimo 2 propostas, com escolha do melhor custo/benefício. Falou da importância de se abrir edital, já que se trata de um acordo em que não se conseguiu avançar e através do diagnóstico o FF pode ser mais assertivo nas ações.

O secretário executivo aproveitou para informar que a reunião para tratar da implementação da APA Costa Dourada, marcada para o dia 28 de novembro, na Câmara Municipal de Mucuri, não iria acontecer, pois Lúcia, responsável pela convocação, não havia conseguido mobilizar o prefeito e os vereadores. E por ser uma reunião essencialmente política, já que a APA é municipal e a implementação é decisão política, não havia sentido em realizá-la sem os políticos. Argumentou que o FF vai apoiar a Prefeitura de Mucuri no que for possível para a implementação da APA, já que ainda não existe zoneamento nem plano de manejo. Mas que o

FF tem caminho paralelo, independente, que é ajudar as organizações a decidirem o que querem fazer na área de recuo e se poder público vier junto, melhor.

Encaminhamento – Lançamento de Edital para contratação de serviços para elaboração de Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental na área do recuo dos 300m foi aprovado pela Plenária

3- Economia Florestal e Uso Múltiplo

Lembrando que o assunto é objeto de discussão antiga no FF, o secretário executivo salientou que o debate está mais maduro hoje do que antes, graças à participação da UFSB, SEBRAE/BA, e FAEB. Comunicou que foram realizadas 2 reuniões em Salvador – a segunda teve ainda SEBRAE/MG, CNA/Brasília, SENAR e SEAGRI - para construção de pré-projeto para atuação na cadeia produtiva florestal, pautado em como transformar em oportunidade de negócios e geração de renda. Citou que no Espírito Santo onde tem unidades de produção de eucalipto, tem indústria de transformação junto e que o mesmo não acontece na Bahia e que este modelo de monocultura para monoproduto pode mudar trazendo mais benefícios para a região. E questionou o motivo dos polos madeireiros de Eunápolis e Teixeira de Freitas estarem patinando. O representante da Fibria propôs entrar em contato com representante do Polo Moveleiro de Linhares e convidar para participar de reunião do FF e contar a experiência exitosa do estado vizinho. O representante da Aspex lembrou que dentro do projeto do fomento 3% do total da madeira colhida pode ser dado o destino que produtor quiser, mas que o gargalo é o mercado comprador e que CNA e SEBRAE devem promover esse mercado. O representante da Veracel destacou que o FF tem missão importante e que o espaço deve ser usado para discutir questões que tem a ver com território. Quanto ao uso múltiplo do eucalipto, afirmou que é uma questão perene, uma missão do FF, que não se resolve em 2 ou 3 reuniões. Falou que a chegada da UFSB é o grande diferencial na questão e que o seminário sobre economia florestal promovido pela mesma foi um sinal importante, pois mostrou que não está insensível às questões regionais e que está tentando entender o que atores da região almejam. Citou a importância de se trazer o estado para cumprir seu papel de executor de políticas públicas.

O secretário executivo observou que uma questão que sempre permeia as discussões é o fato do estado da Bahia com enorme potencial florestal praticamente não produzir nada, sendo só um mercado consumidor. E que para sair do atraso é preciso aprender com outros locais que desenvolveram suas indústrias, a exemplo do norte do Espírito Santo. O representante do Sindicato Rural de Belmonte notou que o norte do Espírito Santo tem as mesmas condições de crédito que a Bahia, o que nos deixa numa situação mais desconfortável. O representante de Oliveira Costa citou que estava com um ofício solicitando que as reuniões do FF do Espírito Santo sejam realizadas nos municípios onde se localizam os plantios de eucaliptos e não na capital Vitória, como tem acontecido. O representante da Fibria esclareceu que este pleito já foi levado até o FF capixaba, mas como não tinha ninguém do norte do estado as reuniões continuaram acontecendo em Vitória. E que vai reforçar o pedido para que uma próxima seja no norte do estado. A representante de Costa Dourada frisou que o tema da concentração fundiária deve continuar em pauta e que não existe ninguém que saiba que Suzano e Fibria querem vender suas terras. O secretário executivo ressaltou que no caso específico do litoral de Mucuri foi necessária uma intervenção, porque conflitava com outras formas de geração de renda, como é o caso do turismo e que houve uma ocupação do território que hoje é impensável, incompreensível. E frisou que é importante FF se posicionar em relação ao que se pretende fazer na área de recuo, tomando decisão ou abandonando a novela. Ressaltou que o

acordo do recuo dos núcleos urbanos foi uma iniciativa excelente e é uma forma de desconcentração, embora não seja chamado assim; que o valor pode ser pequeno em termos percentuais, mas tem impacto positivo. Lembrou que uma das questões debatida é diminuir a dependência da região do plantio de eucalipto, mas que é preciso considerar que numa nova política para fortalecer economia florestal da região, os plantios podem ser importantes e que é preciso pensar com seriedade o que FF pode fazer. O representante de Oliveira Costa falou que o debate sobre o litoral de Mucuri ganhou peso depois que foi feita visita técnica à região, pois as pessoas entenderam a realidade da região e que é necessário atrair investidores para a região. Que as empresas têm interesse em avançar no assunto e têm pessoas interessadas em investir na região. O representante do Natureza Bela disse que diversificar o uso do eucalipto já e diversificação e que como tem um rodízio de pessoas dentro do FF o assunto vai demandar uma longa discussão. Relatando sua experiência na região e os 24 anos de trabalho no setor de celulose e papel, o representante da Veracel afirmou que os primeiros licenciamentos para plantios de eucalipto foram feitos de acordo com a lei e com a visão do governo e da sociedade e que hoje se tem uma visão mais crítica por conta da concentração excessiva. E que a instalação da Veracel já veio com restrições, com diferenças de porcentagem de plantio entre litoral e interior. Argumentou que não se trata apenas de vender áreas para promover a desconcentração das terras, mas saber quantos hectares são necessários, e que é preciso responder honestamente algumas questões. Uma delas é se comunidades teriam mais a ganhar com a venda das terras. Disse que a coisa mais certa é que em alguns locais população depende do eucalipto porque só tem eucalipto e que se uma empresa quebra como ficariam as pessoas que vivem na dependência dessa situação.

Por sua vez, o representante do IAPA pontuou que a maioria das pessoas que compreendem o que significa desconcentração de plantios estudou muito para chegar a esse conceito. E para se pensar nas comunidades que não sabem o que desconcentração fundiária, mas sabem que tem muito eucalipto plantado. Mencionou que em Alcobaca existem 38 comunidades e que se fizer recuo no entorno delas já é um início de desconcentração. Questionou porque se vendeu terras para a Caravelas Florestal continuar plantando eucalipto se o objetivo era desconcentração fundiária. Falou que é preciso levar respostas para as comunidades, desmistificando que vão ser abandonados e que prefeituras vão perder recursos.

O representante da Fibria recordou que existiam leis que obrigavam as empresas a terem terras próprias e que não é verdade o argumento de que os empreendimentos foram implantados de forma ilegal. Sugeriu que as energias sejam focadas no que se pode fazer e menos no como foi feito, pois desta forma o FF poderia atuar mais. Destacou que o GT Picadão foi conduzido pelo MP, que definiu que tanto Fibria quanto Suzano deveriam abrir 100 postos de trabalho, o que resultou na criação de 4 projetos, dos quais só 2 continuam, pois as pessoas não têm interesse e as empresas não podem obrigar ninguém a trabalhar nos projetos. Informou que a Fibria não compra terras desde 2008, diminuiu 28% do fomento na Bahia, não está fomentando novas áreas, nem tem plantios novos, e que a tendência é diminuir não aumentar a presença no estado. Afirmou que a empresa está ciente deste debate e quer contribuir para a discussão. Sugeriu que empresas tragam informações de quantos hectares de terras foram desmobilizados por pedido das prefeituras, para construção de infraestruturas comunitárias. Informou que na Fibria este número chega a cerca de 14 mil ha. Sobre a venda das terras próprias, disse que se empresa colocar que estão à venda, desvalorizam. Em relação aos 4 municípios com excesso de plantios disse que não foi plantado um hectare a mais. Finalizou dizendo que não se pode deixar que nossa dedicação seja ofuscada por expectativas que se criam aqui dentro, pois tem sensação de que está devendo. O representante do Sindicato Rural de Belmonte avaliou que é preciso que as organizações, as empresas e o FF batam na tecla das políticas públicas e que não se pode frear o crescimento das empresas, que

podem diminuir custos, não investimentos. Que é preciso aproveitar o embalo dos grandes para levar os pequenos. E sugeriu a mudança do termo desconcentração para diversificação.

O secretário executivo disse que “pescou” que pode-se trabalhar a grande quantidade de plantios fortalecendo economia florestal, não só eucalipto. Sugeriu trazer numa reunião do FF a iniciativa do Empreendimento Mariano, cujo projeto é plantar 100 mil ha de florestas de nativas para fins comerciais, lembrando que madeira nativa não é só para restauração e conservação. Propôs ainda o fortalecimento dos programas sociais das empresas, como PDRT e Assentamentos Sustentáveis, onde puder fortalecer e tiver pessoas interessadas. Lembrou que às vezes, o acordo não é interpretado na ponta como nós pensávamos, pois parcela da população que irá ser beneficiada não consegue se identificar. Falou ainda em se fazer uma ponte entre indústrias, FF e poder público, além do fortalecimento do trabalho de aproximação do FF junto aos produtores.

Outra sugestão foi a retomada do contato com Caravelas Florestal. O representante da Fibria vai passar os contatos para secretaria executiva.

4- Mesa Redonda: Iniciativas para Implementação e disseminação do CEFIR e do Licenciamento Ambiental no Sul e Extremo Sul da Bahia

O representante da Apremavi apresentou a experiência de implantação do CAR na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, capitaneada pela Amavi e Apremavi. O projeto envolve 28 municípios, totalizando cerca de 40 mil propriedades rurais e a expectativa é que até maio de 2015 todos os imóveis estejam cadastrados no sistema. Informou que as prefeituras participam da iniciativa através da disponibilização de técnicos que fazem o desenho das propriedades. Perguntado sobre o principal motivador para os proprietários aderirem ao CAR, afirmou ser o bolso já que quem não aderir não faz jus a empréstimos bancário ou crédito rural. Para o representante do Sindicato Rural, a média de tamanho das propriedades rurais de Santa Catarina – 25 ha - também ajuda e cita Belmonte onde a média é muito acima, somada à dificuldade de acesso, tamanho do município e falta de política pública para dar apoio nesta questão. Ele acredita que nem 5% das propriedades de Belmonte estejam inscritas no CAR. O representante da Aspex ressaltou que quando existe interesse as coisas acontecem. Falando da experiência da Aspex, afirmou que dos mais de 85 associados têm 45% já executado 10% contratado e que os produtores fazem pela questão legal, inclusive por conta das certificadoras. Frisou que o CAR tem muitas dificuldades técnicas, muitos gargalos e apesar de dizerem que é simples e fácil não percebe assim e que não conseguiu fazer sozinho. Analisou que apesar de ter definido data final nem estado está pronto para a tarefa. A representante da Tree Consultoria avaliou que é preciso pensar solução para reduzir custos e expandir o Cefir para que o pequeno produtor de 2 ha possa aderir. E que o universo dos fomentados não representa muito dentro das 700 mil propriedades rurais da Bahia.

Para outro representante da Aspex, a grande diferença do CAR (SC) para o Cefir (BA) é que o último obriga a desenhar em cima da imagem. E que menos de 4 módulos rurais não é obrigatório, não é preciso ter RT. Argumentou que em reunião do Inema em Eunápolis foi dito que o proprietário deve levar CD com o PRA, shape e todos documentos prontos para técnico do estado. Mas para levantar o PRA tem que levantar o perímetro e isso vai trazer custos para o proprietário. E que estado vai fazer a parte mais barata. O representante do Sindicato Rural observou que no caso de Santa Catarina os bancos ajudaram ao lembrar do impedimento de financiamento sem o CAR. E que quando trancar crédito na Bahia o que vai acontecer. Sugeriu ações imediatas para quando acontecer o produtor não bater cabeça. Representante da Aspex lembrou que bancos estão emprestando para investimento só se produtor tiver CAR ou Cefir.

O secretário executivo indagou o que FF pode fazer junto com Aspex e sindicatos da região para que associações se mobilizem e façam instrumento para facilitar cadastro. O representante da Suzano argumentou que o principal gargalo está na ferramenta, no Cefir.

O representante da Veracel considerou que o desafio que se lançou é muito grande e é pior na Bahia, onde Cefir não está preparado, nem que seja prorrogado em mais um ano consegue dar conta. E que a solução talvez seja cadastrar pelo menos no CAR e deixar o Cefir mais para frente, voltar atrás, mobilizar associações e conversar com o estado.

Por sua vez, o representante da Aspex ponderou que é preciso colocar na mesa do novo secretário de Meio Ambiente as dificuldades do Cefir, que precisa de novas medidas e de informação massiva nas escolas e nos meios de comunicação. O representante da Fibria assegurou que o governo do estado sabe oficialmente dos problemas do Cefir, pois Dr. Fábio Fernandes, promotor público, oficiou ao governador solicitando melhorias no sistema. O representante da Veracel sugeriu envolver Abaf e Sindiparcel na mobilização e seguir o caminho desenhado pela Apremavi.

O representante da Aspex sugeriu chamar o consórcio dos municípios da regional Eunápolis para o curso de capacitação e qualificação, argumentando que o curso realizado em Eunápolis incluiu Cefir, licenciamento ambiental e legislação. Um dos representantes da Veracel propôs focar o plano de mobilização do Cefir nas áreas prioritárias: Corredor Monte Pascoal-Pau Brasil e entre o Parque do Descobrimento e Monte Pascoal. Por seu lado, o secretário executivo provocou as organizações presentes a assumir a liderança deste processo, buscando recursos e parcerias. E considerou pertinente a escolha do Corredor Monte Pascoal-Pau Brasil para realizar o plano piloto e disseminar depois para outros locais. O representante da Veracel sugeriu associar o trabalho com restauração e lembrou da TNC que tem projetos e ações relacionados ao CAR/Cefir. E que com a inclusão também da SOS Mata Atlântica a discussão ganha força adicional, pois são ONGs que podem ajudar a falar com o governo estadual, além de trazer o Observatório Nacional do Novo Código Florestal. Falou ainda que é preciso encontrar forma de atrair produtor rural, mostrando o que ele ganha com isso, senão não se sensibiliza. A representante da Ascae falou da importância em reforçar as unidades de conservação da região, lembrando que o foco fica muito no extremo sul e que mais para o sul existem remanescentes importantíssimos, que é preciso perceber importância deles antes que deixem de ser remanescentes. O representante do Manguezal Meu Quintal aceitou o desafio de coordenar o trabalho de mobilização para implantação do Cefir, para o qual vai solicitar o apoio da experiência de sucesso da Apremavi para elaborar o plano piloto nos 4 municípios e estender a depender do resultado. O representante do Sindicato Rural afirmou que Ministério da Agricultura, Pesca e Agropecuária juntamente com lideranças rurais já cogitam a prorrogação do CAR e que a necessidade de imediatismo assusta o produtor. E que além disso não se educa o campo e produtores pensam que vão perder com o CAR/Cefir, mas que quando se apoia o produtor ele responde positivamente.

Encaminhamentos:

- a- Qualificar por meio de treinamentos e cursos os técnicos dos órgãos municipais de meio ambiente e os técnicos das empresas de consultoria que elaboram PRADAs
- b- Implementar programa de implementação do Cefir.

Aguardar posicionamento do novo secretário estadual de Meio Ambiente.

Trabalhar no desenho do curso de capacitação e qualificação. Público alvo: técnicos municipais, consultores, sindicatos, cooperativas. Faeb e Senar cederiam instrutores.

5- Status atual da doação de madeira de acácia

Expondo a dificuldade dos artesãos em transportar a madeira de acácia cedida pela Suzano, o representante da empresa comunicou que foi autorizada também o transporte de 200m³. Por seu lado, o secretário executivo informou que a área para depósito desta madeira já foi liberada pela Veracel, numa fazenda onde tem morador e não terá problema de furto, num local que é próximo pela BR 101 ou pelo Monte Pascoal. E que assim que tiver as informações georreferenciadas do local repassará para a Suzano.

6- Indicadores para acompanhamento dos acordos

Iniciando a definição dos indicadores dos acordos, o secretário executivo afirmou que o maior resultado dos mesmos são as melhorias que eles trouxeram para a vida das pessoas e para o meio ambiente, que é quando se vê se valeu a pena. Ressaltou que no fechamento dos acordos a plenária focou apenas na redação do mesmo sem definir os indicadores de resultado dos mesmos. coloca que o GT propõe a plenária que para cada acordo sejam definidos os indicadores de resultado e que de agora em diante, sempre que for elaborado um novo acordo este seja acompanhado de um protocolo contendo ,descrição detalhada dele, indicadores de resultados, escala com que serão avaliados e frequência com que será feita a avaliação dos indicadores, objetivo, metodologia de implantação e os prazos para execução, além da data de criação. Observou que se plenária concordar estes parâmetros serão transformados em uma norma do FF. Falou ainda que na próxima reunião de 2015 vai apresentar Regimento Interno finalizado para aprovação pela plenária.

1- Acordo do fomento florestal

Os indicadores elaborados pelo GT serão ainda revisados pelo grupo formado na plenária.

2- Acordo do recuo dos núcleos urbanos

O representante da Suzano falou da sua preocupação com o grau de confiança desse tipo de indicador se cada empresa vai medir seu próprio projeto. O representante da Fibria concordou que a questão é muito subjetiva e que é mais tangível perguntar num universo de 4 mil famílias quantas andam com pernas próprias. Já o representante da Veracel disse que a experiência da empresa na gestão de projetos aponta que o indicador precisa ser mensurado, ser mais objetivo possível e tem que ser útil, servindo para avaliar qualidade do objetivo, da ação, e serve para corrigir rumos. Caso contrário é uma informação morta. O representante do Natureza Bela diz que os indicadores vão identificar se acordo gerou resultado e como aferir isso, como qualificar o que se obteve, concordou que tem dificuldades metodológicas, mas que existem institutos de pesquisa para isso. O representante da Veracel salientou que eficácia do projeto é mais fácil de se medir do que impacto em termos de renda. Exemplificou que um projeto similar é sucesso imenso em União Baiana e tem resultado pífio em Ponto Central, onde não tem continuidade para ter indicador consistente. Sugeriu um novo indicador: tipologia de uso da área para o qual vai elaborar a proposta de redação.

3- Acordo do recuo de 40m das infraestruturas comunitárias e/ou residências

O representante do IAPA comentou lei do município de Alcobaça, feita sem nenhum estudo técnico, que propõe recuo de 1.500m de todos os povoados e que ao cruzar dados percebeu-se que vai inviabilizar economicamente o município. Não só empresas seriam prejudicadas, mas também produtores rurais e está se propondo a derrubada desta lei. O representante da

Fibra ressaltou que a postura da empresa é sentar com município e acertar cronograma de adequação e que as certificações entendem isso.

Em seguida, o secretário executivo perguntou qual seria o procedimento para concluir os indicadores de acompanhamento dos acordos: por via remota ou mais reunião do GT? Foi definido que seria pelo GT e que a proposta seria discutida apenas pelos integrantes do grupo, não circulando pelo grupo de mensagens do FF. O grupo ficou com a seguinte composição:

Juliano, Vitor, Renato, Humberto, Thiago, Alisson, Sérgio, Rodrigo, Almir e Waldir. Rodrigo foi escolhido como ponto focal do grupo. Membros sistematizam e repassam para Rodrigo. Decidiu-se pela utilização de mesma nomenclatura: Inclusão, retificação e exclusão. Rodrigo inclui prazos que considerar razoável.

7- Gestão das águas

Ficou definido que será tema para agenda 2015.

8- Apresentação dos gastos de 2014 e orçamento 2015

O representante do IBIO apresentou as receitas e despesas do FF ao longo de 2014. Na sequência o Sec. Executivo apresentou o orçamento para 2015. Explica que em geral os valores foram corrigidos pelo índice da inflação e que a maior alteração do orçamento ficou por conta da inclusão de recursos para publicar um caderno comemorativo dos 10 anos do FF.

Publicação do Caderno 10 anos. Explicou que há uma possibilidade de fazer uma publicação conjunta com o Diálogo nacional, seguindo mesmo modelo com contratação de pessoa específica para a redação. Lançamento do edital de contratação até final de dezembro. Envolver área de comunicação de empresas.

Comissão Editorial: Oscar, Marcia, Débora Jorge (Veracel), Whilzilene (Suzano) e Fibria (?)

Após pré-proposta de edital, começa a definir melhor a pauta e organizar o conteúdo.

O representante do Manguezal Meu Quintal sugeriu que a publicação contenha informação relacionando o manguezal à Mata Atlântica.

9- Agenda para 2015

Temas em aberto: economia florestal, plano participativo de Mucuri, desconcentração/diversificação de terras e águas.

1ª reunião GT - 26 e 27 fevereiro (Porto Seguro)

1ª reunião plenária – 19 e 20 março (Teixeira de Freitas)

2ª reunião GT - 16 e 17 de abril (Teixeira de Freitas)

2ª reunião plenária – 14 e 15 de maio (Porto Seguro)

3ª reunião GT – 16 e 17 junho (Porto Seguro)

3ª reunião plenária – 13 e 14 agosto (Teixeira de Freitas)

4ª reunião GT – 15 e 16 outubro (Teixeira de Freitas)

4ª reunião plenária – 19 e 20 novembro (Porto Seguro)

Despedidas

Após a definição do cronograma de 2015, os representantes de Costa Dourada, Manguezal Meu Quintal e Oliveira Costa fizeram rápidos discursos de agradecimento e despedida. O secretário executivo finalizou a reunião, desejando a todos um Feliz 2015.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi lavrada pela secretaria executiva

Porto Seguro, 11 de dezembro de 2014



DIÁLOGO FLORESTAL

FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA